



Ao Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá (PR)

Autos nº 0008041-30.2023.8.16.0130, de Falência

Auxilia Consultores Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 41.566.863/0001-08, sediada em Maringá/PR, na Av. Dr. Gastão Vidigal, 851, sala 04, representada por *Renata Paccola Mesquita*, advogada inscrita na OAB/PR n. 50.980, comparece nos presentes autos de falência de **TELHAPAR – Telhas de Aço Ltda.**, em cumprimento à intimação de seq. 240, para expor e requerer o seguinte:

I. RELATÓRIO PROCESSUAL SUCINTO

Considerando a significativa evolução processual desde a apresentação do último parecer, em 5 de março de 2025 (seq. 214.1), apresenta-se, nesta oportunidade, um resumo atualizado do feito.

Naquela manifestação, esta Administradora Judicial se pronunciou sobre as determinações contidas na decisão saneadora de seq. 131.11, detalhando o *status* de cumprimento de cada ato processual à época.

Tendo em vista que algumas diligências então apontadas permaneciam pendentes de retorno e que, com o decorrer do tempo, **parte delas foi devidamente cumprida, enquanto outras ainda não foram concluídas**, apresentam-se, de forma sistematizada, os pontos já esgotados e aqueles que permanecem pendentes.

II DAS DILIGÊNCIAS CUMPRIDAS

a. Comunicação às Fazendas Públicas e Incidente de Classificação de Crédito Público:

No que concerne à comunicação às Fazendas Públicas, na ocasião do parecer anterior, registrou-se que o Município de Paranavaí inicialmente não havia fornecido informações sobre eventual crédito inscrito em dívida ativa. Tal pendência foi sanada, conforme se verifica na seq. 218.





Adicionalmente, informa-se a instauração do incidente de classificação de crédito público nº 00055626-54.2025.8.16.0017, por meio do qual se requisitou às Fazendas Públicas a apresentação da relação completa dos créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos respectivos cálculos, classificação e informações sobre a situação atual.

b. Fixação do Termo Legal:

Em resposta ao ofício expedido em 6 de fevereiro de 2025 (seq. 168), o Tabelionato de Protesto de Paranavaí apresentou retorno em 25 de março de 2025 (seq. 235), possibilitando a fixação do **termo legal em 27 de setembro de 2022**. Esta data decorre da contagem de 90 dias a partir do primeiro protesto contra a Falida, registrado em **29 de junho de 2022**.

c. Consulta ao Sistema RENAJUD (art. 22, VII, “c”, da Portaria 02/2024):

O resultado da consulta ao sistema RENAJUD foi disponibilizado na seq. 246, referindo-se aos mesmos veículos já arrecadados pela Administração Judicial.

d. Retorno das Administradoras de Consórcios:

Houve o retorno das Administradoras de Consórcio. A *Cresol Pioneira* manifestou-se por meio da manifestação de seq. 223, em resposta aos ofícios expedidos a ela. A *Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.*, por seu turno, respondeu às indagações feitas pela Administração Judicial de forma extraprocessual (conforme noticiado nas seqs. 241.1 e 241.5), mediante contato direto da AJ com a Administradora de Consórcio, suprimindo à solicitação feita por meio do ofício de seq. 191.

I.II DAS DILIGÊNCIAS PENDENTES DE CUMPRIMENTO

a. Consulta ao Sistema INFOJUD (art. 22, VII, “i”, da Portaria 02/2024):

Apesar de constar nos autos a certificação de que a consulta foi ordenada por duas vezes (seqs. 183 e 219), o resultado da pesquisa via INFOJUD ainda permanece pendente.





b. Consulta ao Sistema SISBAJUD e Solicitação de Agências/Contas (art. 22, VII, “c”, da Portaria 02/2024):

Conforme certificado pela Secretaria (seq. 183), a consulta ao SISBAJUD foi suspensa até a definição do termo legal, considerando que o art. 22, inciso VIII, da Portaria 02/2024 deste Juízo prevê a utilização do sistema para solicitar a relação de agências e contas, bem como a requisição de extratos bancários retroativos até a data do termo legal da falência.

Com a recente fixação da referida data, esta Administração Judicial entende oportuno, neste momento, limitar a solicitação à **relação de agências e contas bancárias** vinculadas ao CNPJ da falida, com a finalidade de identificar eventuais contas não informadas pelo sócio. A requisição de extratos será reservada para eventual necessidade futura, a fim de se evitar tumulto processual e morosidade desnecessária.

Isso porque, anteriormente, esta AJ já havia solicitado a expedição de ofício às instituições financeiras indicadas pela falida, requerendo o envio dos extratos bancários referentes ao período de 2021 até 2024.

Os ofícios foram expedidos em 04/03/2025, sendo que apenas o encaminhado ao Banco Itaú permanece sem retorno, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Banco	Expedição	Recebimento	Juntada de Resposta
Sicoob	207	230	231
Bradesco	209	236	237
Itaú	210	-	Aguardando retorno
Fibra	211	-	232
Cresol	212	222	229
Sicredi	213	-	239

Diante da juntada aos autos dos extratos bancários mencionados, entende-se que eventual nova solicitação ampla de extratos por meio do SISBAJUD, neste momento, poderia sobrecarregar desnecessariamente o feito.

e. Análise Pendentes dos Extratos Bancários:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJZVA 5877X SHY2K VWKKD



Considerando o volume de 566 páginas de extratos a serem analisados, a pendência de retorno do Banco Itaú e a necessidade de consulta ao SISBAJUD para eventual identificação de outras contas bancárias, a Administradora Judicial informa que a análise será realizada oportunamente e apresentada em parecer específico.

f. Averbação de Decreto Falimentar – Matrícula nº 48.699

Diante do resultado positivo da busca de imóveis junto ao 1º Registro de Imóveis de Paranavaí (PR), que apontou a existência da matrícula nº 48.699 em nome da falida, foi requerida a expedição de ofício ao referido cartório, com o objetivo averbar o decreto falimentar da proprietária e viabilizar a posterior arrecadação do imóvel. **Reitera-se, assim, o requerimento anteriormente apresentado.**

g. Intimação da Credora Alaska Insumos

Em razão do pedido formulado pela credora Alaska (seq. 129.1), foi requerida sua intimação para apresentação da matrícula nº 36.574, registrada no 1º Registro de Imóveis de Paranavaí. A referida matrícula, segundo a credora, é de propriedade da Falida e foi dada em garantia de seu crédito. **Contudo, a expedição da intimação ainda não ocorreu, encontrando-se o requerimento pendente de deferimento.**

h. Outros Atos Processuais:

Por fim, registra-se a expedição do termo de compromisso de depósito fiel pelo Sr. Giovane Paranhos (seq. 217), a apresentação do Relatório das Causas e Circunstâncias da Falência (seq. 220), a juntada da Relação de Credores (seq. 227), a apresentação do Plano de Realização de Ativos (seq. 241), a renúncia ao mandato pela advocacia que representava o sócio da falida (seq. 242) e, derradeiramente, o parecer do Ministério Público (seq. 243), o qual se impugna conforme os termos abaixo.

II. IMPUGNAÇÃO AO PARECER MINISTERIAL





O Ministério Público, em seu douto parecer de seq. 243, manifestou-se pela necessidade de nova avaliação de todos os bens arrecadados na sede da falida, fundamentando-se na presença de quatro máquinas industriais (máquina dobradeira hidráulica, máquina trapézio, máquina numeral e ponte rolante de aço) e na significativa discrepância entre o valor atribuído por esta Administradora Judicial à ponte rolante de aço (R\$ 80.000,00) e o valor de comercialização apontado pela falida (R\$ 250.000,00).

O *Parquet* argumenta que tal disparidade sugere a possibilidade de erro na avaliação dos demais bens, especialmente o maquinário industrial, que demandaria conhecimento técnico especializado. Concordeu, contudo, com a forma de alienação em bloco dos bens móveis, mas discordou da venda direta proposta, pugnando pela realização de hasta pública para todos os bens.

a. Da Regularidade na Avaliação dos Bens da Massa e da Inexistência de Elementos que Justifiquem Reavaliação Geral

Inicialmente, cumpre ressaltar que a avaliação dos bens arrecadados foi realizada por esta Administradora Judicial, em observância ao disposto no art. 22, inciso III, alínea “h”, da Lei 11.101/2005, que atribui ao administrador judicial o dever de avaliar os bens da massa falida.

No presente caso, em relação aos bens móveis que guarnecem a antiga sede da falida, incluindo as máquinas industriais, esta Administradora procedeu à diligente pesquisa de mercado em sítios eletrônicos especializados, obtendo êxito na identificação de valores compatíveis com aqueles atribuídos no laudo de avaliação (seq. 123.2), conforme se demonstra a seguir:

- **Máquina dobradeira hidráulica (verde), 220V – item nº 1:** Avaliada em R\$ 30.000,00. Pesquisa realizada no sítio eletrônico Machineseeker¹ indica máquina de modelo similar com valor de mercado de aproximadamente R\$ 31.392,07.
- **Máquina Trapézio 40 completa – Bernardo Industrial (cor cinza), item nº 93:** Avaliada em R\$ 170.000,00. Pesquisa realizada no sítio eletrônico Mega Leilões² identificou máquina do mesmo modelo com avaliação de R\$ 165.000,00.

¹ Fonte: https://www.machineseeker.com.br/cidan-m/i-15281518?srsId=AfmBOoqrHY0YKDUIZUGkjbGUCSP8XUnJlaYQp_yC7QRUBrYVaKVgB9sQM&gRefinements=CONDITION:Usado

² Fonte: https://www.megaleiloesms.com.br/leiloes-realizados/industrial/maquinas/sp/sao-carlos/maquina-perfiladeira-de-telhas-trapezio-40-bernardo-j106275?utm_source=megaleiloes&utm_medium=link&utm_campaign=maquina-perfiladeira-de-telhas-trapezio-40-bernardo-j106275&utm_term=J106275&utm_content=link





- **Máquina Numeral FAC 1 (antiga), item nº 124:** Não recebeu avaliação no laudo, tendo em vista seu péssimo estado de conservação e a constatação de que não possui condições de uso, o que a torna inservível para fins de alienação com valor econômico significativo.

Quanto à **ponte rolante de aço**, em atenção à manifestação do sócio da falida de que o valor atribuído por esta Administradora Judicial não corresponderia ao real valor de mercado – embora desprovida, naquele momento, de informações concretas –, e visando primordialmente o benefício e a maximização dos ativos da Massa Falida, esta Administradora requereu autorização judicial específica para a contratação de um engenheiro mecânico especializado para realizar a avaliação técnica do equipamento. Tal medida visa obter um laudo preciso e fundamentado, que poderá confirmar ou infirmar o valor inicialmente estimado, buscando, inclusive, a possibilidade de arrecadar um valor superior para a massa falida, sem descartar a chance de o valor avaliado ser inferior, considerando as condições de uso e o tempo de serviço do equipamento.

Merece destaque o fato de que a impugnação da falida e o próprio parecer ministerial se restringem à avaliação da ponte rolante de aço. Não houve qualquer questionamento em relação aos valores atribuídos aos demais bens móveis localizados na antiga sede, aos veículos, ou mesmo qualquer indício concreto de erro nessas avaliações.

A significativa discrepância apontada se concentra em um único bem. Presumir um erro generalizado em toda a avaliação do bloco com base nessa única divergência não se mostra razoável, especialmente diante da ausência de elementos concretos que questionem a avaliação dos demais itens e da metodologia específica empregada para a ponte Rolante.

b. Da Impugnação Específica Quanto à Avaliação da Ponte Rolante de Aço e Da Metodologia Aplicada

Data venia ao entendimento ministerial, a preocupação com a divergência de valores da ponte rolante de aço, embora compreensível, não justifica, por si só, a reavaliação de todo o bloco de bens, pelos motivos que ora se expõem, detalhando-se a metodologia empregada para a avaliação específica deste bem:

1. **Fragilidade da Alegação da Falida:** Conforme já destacado na manifestação anterior desta Administradora Judicial (seq. 214.1 tópico I, item “j”), a alegação de que a ponte rolante valeria R\$ 250.000,00 não foi acompanhada de qualquer prova robusta. A mera apresentação de capturas de tela de uma suposta conversa sobre um orçamento informal





de um equipamento novo (com capacidade diversa da ponte avaliada) não possui o condão de infirmar a avaliação realizada.

2. **Ausência de Documentação Comprobatória:** Cumpre reiterar que, quando da diligência de constatação e arrecadação, foi solicitado ao próprio sócio da falida a nota fiscal de aquisição da ponte rolante, a qual não foi apresentada sob a alegação de extravio. A ausência de informações concretas por parte da falida dificulta a verificação do alegado valor de mercado.
3. **Metodologia de Avaliação da Ponte Rolante de Aço:** Previamente ao requerimento de avaliação especializada, esta Administradora empregou metodologia de pesquisa de mercado mais aprofundada, reconhecendo a especificidade do bem e a necessidade de aferição precisa de seu valor.

Foram consultados os responsáveis pelos seguintes sítios eletrônicos:

- **Guindastes Theodoro** (<https://guindastestheodoro.com.br/vender/>): Em contato realizado, foram detalhadas as especificações técnicas da ponte rolante de aço arrecadada (15 toneladas, com 12,3 metros de largura e 50 metros de trilho) obtendo-se uma estimativa de valor de mercado de **R\$ 90.000,00**.
- **PonteRolante.com.br** (<https://www.ponterolante.com.br/>): De forma similar, foram fornecidas as informações técnicas pertinentes ao equipamento, resultando em uma estimativa de valor de **R\$ 70.000,00**.

A adoção desta metodologia proativa de consulta direta a especialistas do setor demonstra a diligência desta Administradora Judicial em buscar o valor real de mercado da ponte rolante de aço, transcendendo a mera análise de anúncios possíveis que podem não refletir as particularidades do equipamento em questão.

Este procedimento demonstra o empenho desta Administradora em cumprir seu *munus* com a máxima transparência e tecnicidade, buscando a correta avaliação dos ativos da massa falida para a sua eficiente liquidação em benefício dos credores.

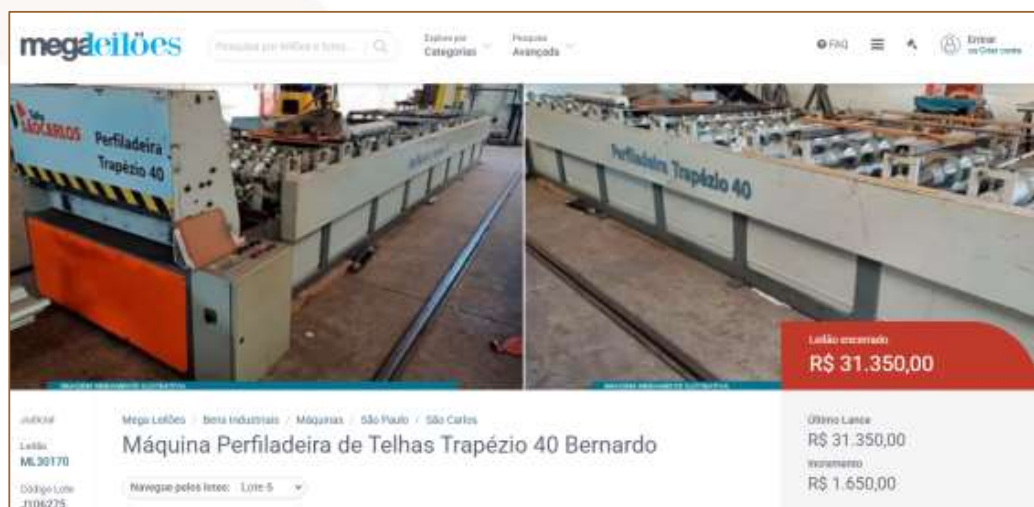
c. Da Venda Em Bloco e Da Forma De Alienação

No tocante à forma de alienação, e considerando a menção do Ministério Público ao leilão, cumpre observar que, embora o leilão seja uma forma de alienação que privilegia a competitividade, o caso da **Máquina Trapézio 40 completa – Bernardo Industrial** (item nº 93,





avaliado em R\$ 170.000,00) demonstra a possível disparidade entre o valor de avaliação e o valor efetivo de arrematação em hasta pública. Conforme a pesquisa realizada, uma máquina de modelo semelhante foi avaliada em R\$ 165.000,00 em leilão judicial e arrematada por R\$ 31.350,00. Tal fato ilustra que o leilão, embora transparente, nem sempre garante a maximização do valor dos ativos, especialmente no caso de bens específicos e de nicho:



No que tange à proposta de alienação direta e antecipada dos 215 itens arrecadados na sede da falida, cumpre ressaltar que a diferença entre o valor total de avaliação (R\$ 308.318,58) e o valor ofertado na proposta de aquisição (R\$ 290.000,00) corresponde a um **decréscimo de apenas R\$ 18.618,58**. Em termos percentuais, a proposta representa, aproximadamente, **94,06% do valor total da avaliação**.

Nesse contexto, o desconto revela-se diminuto quando confrontado com os potenciais dispêndios que a realização de hasta pública poderá acarretar à Massa Falida. Tais despesas incluem os custos inerentes ao remanejamento e transporte dos bens, a possível necessidade de desocupação do imóvel locado pela falida, bem como os gastos com a logística e a guarda dos itens em outro local até a efetivação do leilão.

Diante do exposto, a alienação direta, nas condições apresentadas, configura-se a medida mais vantajosa para a Massa Falida, em consonância com os princípios da economicidade e da celeridade processual. Ademais, **essa modalidade preserva o valor do ativo arrecadado, evitando sua depreciação e custos adicionais desproporcionais ao pequeno desconto concedido**.





III. REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

- a.** Reitera-se os requerimentos apresentados no seq. 214.1, no que se refere
 - a.1** à dispensa da republicação do edital previsto no art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005, conforme determinado no item (i) da decisão proferida no seq. 131.1, uma vez que já devidamente publicado no diário eletrônico;
 - a.2** à expedição de ofício ao 1º Cartório de Registro de Paranaíba (PR) determinando a averbação do decreto falimentar da proprietária na matrícula nº 48.699 do imóvel;
 - a.3** ao desentranhamento dos documentos acostados nos seqs. 175.2 e 201, tendo em vista que não se referem a bens pertencentes à Massa Falida; e
 - a.4** à intimação da credora Alaska Insumos para Indústria Ferragens e Ferramentas Eireli. para que apresente cópia atualizada da matrícula de nº 36.574, registro no 1º CRI de Paranaíba;
- b.** Reitera-se todos os requerimentos apresentados no seq. 241, junto à apresentação do Plano de Realização de Ativos;
- c.** Requer a juntada do resultado de buscas no sistema INFOJUD;
- d.** Requer a solicitação, via sistema SISBAJUD, da relação de agências e contas vinculadas ao CNPJ da falida;
- e.** Seja reexpedido o ofício de seq. 210 ao Banco Itaú;
- f.** Que sejam analisados os argumentos apresentados por esta Administradora Judicial em relação à avaliação dos bens, reconhecendo o método utilizado pela AJ para realizar a avaliação dos bens de mercado mais acessível e a diligência na busca por avaliação especializada para a ponte rolante, bem como a pesquisa de mercado direta com especialistas;
- g.** Que seja indeferido o pedido de reavaliação geral de todos os bens arrecadados apresentado no parecer do Ministério Público de seq. 243, por não haver elementos concretos que justifiquem tal medida, que onera o processo e retarda a liquidação do





ativo, especialmente considerando a pesquisa de mercado realizada para as demais máquinas industriais e a metodologia específica aplicada à ponte rolante;

- h.** Que seja mantida a autorização para a alienação direta e antecipada dos 215 itens arrecadados na sede da falida, conforme exposto no Tópico IV desta petição.

Por fim, a Administradora Judicial coloca-se à inteira disposição deste d. Juízo e da comunidade falimentar para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Maringá/PR, 22 de abril de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Renata Paccola Mesquita | OAB/PR 50.980

